

#### EDITAL DE CONCURSO DE MONITORIA Nº10/2024/CCT

O Diretor do Centro de Ciências Tecnológicas da Universidade Regional de Blumenau, no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução 045/2013 - Reitoria, que regulamenta o exercício das funções de monitoria no ensino de graduação da Universidade Regional de Blumenau, publica:

# CONCURSO DE MONITORIA REMUNERADA PARA O DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

#### I – DAS VAGAS:

O número de vagas a serem preenchidas para a função de monitor (a) é de 01(uma), para atuar junto ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, na área de **Conforto Ambiental**, componentes curriculares:

- Conforto Ambiental Térmico;
- Conforto Ambiental Luminoso;
- Conforto Ambiental Acústico.

OBS: Em caso de vacância, o preenchimento da vaga será pela chamada dos classificados em concurso vigente, respeitada a ordem de classificação dos candidatos.

#### II – DOS REQUISITOS:

Para ser monitor(a), o(a) candidato(a) deve estar regularmente matriculado em um curso de graduação da FURB, e preencher os seguintes requisitos:

- Para ser monitor(a), o(a) candidato(a) deve estar regularmente matriculado em um curso de graduação da FURB, e preencher os seguintes requisitos:
- Estar regularmente matriculado no curso de Arquitetura e Urbanismo;
- Ter cursado com aprovação as disciplina de Ateliê 4 e de Conforto Térmico, com notas finais a partir de 8,0;
- Ter no mínimo 02(dois) semestres a mais de curso, contando a partir da data de inscrição;
- Ter disponibilidade para cumprir uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais para o exercício da monitoria no período vespertino..

## III – DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições poderão ser realizadas a partir do dia 11/03/2024 até o dia 15/03/2024, através do e-mail dau@furb.br, onde deve-se colocar como assunto do e mail "Inscrição Concurso Monitoria Conforto Ambiental", anexar histórico escolar com média e formulário de inscrição. O formulário de inscrição pode ser obtido no endereço eletrônico:

https://www.furb.br/web/upl/arquivos/201209181845040.Concurso%20para%20 Monitoria.pdf?20240228084738

# IV - DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

O processo de seleção será constituído por avaliação oral. Os temas que poderão ser abordados na avaliação oral são:

- Estratégicas arquitetônicas bioclimáticas para o conforto ambiental local (clima subtropical mesotérmico-úmido com verões quentes);
- Estudo de insolação em edificações: uso do diagrama solar; uso do heliodon; método do mascaramento de aberturas (ângulos alfa, beta e gama) e uso do software Suntool;
- Estratégias arquitetônicas de ventilação natural: conceitos;
- Tipologias e classificação (geometria, mobilidade, materiais) de elementos de controle solar;
- Desempenho térmico de materiais e sistemas construtivos (transmitância térmica e capacidade térmica): conceitos e aplicação.

**DATA E LOCAL DA PROVA:** 18/03/24 – 14h00 – Sala N-109 (campus I)

# V – DA CLASSIFICAÇÃO:

A classificação dos candidatos se dará da seguinte maneira:

- A nota final será calculada através da média aritmética das notas concedidas pelos membros da banca examinadora;
- A banca examinadora dará notas de 0 a 10, sendo considerado habilitado candidato que atingir média igual ou superior a 7,0 (sete);
- Havendo mais de um candidato habilitado, a ordem de classificação dos candidatos se dará pela nota obtida no processo de avaliação;
- A designação do monitor se dará pela ordem de classificação dos candidatos;
- Em caso de empate, o critério de desempate será a média geral do histórico escolar;

• Candidatos que obtiverem média inferior a 7,0 (sete) na avaliação oral estarão automaticamente desclassificados do concurso.

OBS: Serão desclassificados os candidatos que não atenderem todas as exigências do edital.

#### VI – DA BANCA EXAMINADORA:

A banca examinadora será composta pelos seguintes membros:

Prof.<sup>a</sup> Amilcar Bogo (Presidente)

Prof.<sup>a</sup> Fernanda Ikert

Profa. Keila Peixer

Prof<sup>a</sup>. Christian Krambeck (Suplente)

#### VII – DOS RECURSOS:

O candidato poderá interpor recurso devidamente fundamentado junto ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo no prazo de 03 (três) dias após a publicação do resultado de classificação, o qual seguirá para a Banca Examinadora oferecer resposta no prazo de 03 (três) dias úteis.

#### VIII - DA BOLSA:

O monitor terá direito a uma bolsa de 24 (vinte e quatro) créditos financeiros, referentes a carga horária semanal de 20 (vinte) horas do exercício da monitoria, em ordem, deverá estar em cumprimento com a resolução 72/2014 (ANEXA) para o repasse da bolsa.

OBS: O exercício das atividades de monitoria não gera qualquer vínculo empregatício ou previdenciário com a FURB, importando a designação do monitor em ato de explícita aceitação de suas atividades como complementação de estudos e aquisição de experiência profissional.

# IX – DAS ATRIBUIÇÕES DO MONITOR:

O monitor deverá seguir o **Plano de Atividades da Monitoria** elaborado pelo(s) professor(es) do(s) componente(s) curricular(es) ou área(s) temática(s) de ensino. Conforme resolução **45/2013** (ANEXA) da FURB, são atribuições do monitor:

- Auxiliar o professor na preparação de aulas e outras atividades didáticopedagógicas;
- Prover condições para o adequado funcionamento dos laboratórios nas atividades dos componentes curriculares ou áreas temáticas objeto de monitoria;

- Auxiliar os discentes no processo de aprendizagem do(s) componente(s) curricular(es) ou área(s) temática(s);
- Auxiliar na organização e acompanhamento de grupos de estudo;
- Cumprir o Plano de Atividades da Monitoria;
- Agir com conduta ética e profissional;
- Ser assíduo e pontual.

## X – DO EXERCÍCIO DA MONITORIA:

Conforme Resolução **45/2013** (ANEXA) da FURB, o monitor será desligado de suas funções e terá o termo de compromisso rescindido nas seguintes situações:

- Por solicitação fundamentada do professor ou do monitor, com homologação do Chefe do Departamento;
- Por não cumprir de forma satisfatória as suas atribuições;
- Por ter percentual abaixo de 60% (sessenta por cento) de aprovação nas disciplinas matriculadas no semestre;
- Por qualquer tipo de infração disciplinar, de acordo com o Regimento Geral da Universidade;
- Por ausência não justificada;
- Por formatura, trancamento de matrícula, transferência, cancelamento ou abandono do curso de graduação.

OBS: O monitor selecionado poderá exercer a função por um prazo de **02**(dois) anos, podendo ser renovado anualmente, desde que não exceda a conclusão do curso de graduação.

Blumenau, 01 de março de 2024

Prof. Fábio Luis Perez

Diretor do Centro de Ciências Tecnológicas

# ANEXO 01

## RESOLUÇÃO Nº 045/2013, DE 16 DE AGOSTO DE 2013

Regulamenta o exercício das funções de monitoria do ensino de graduação da FURB e fixa diretrizes de declaração de vaga, seleção e ingresso de monitores.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando a deliberação do egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE – Processo nº 043/2013, Parecer nº 081/2013, tomada em sua sessão plenária de 13 de agosto de 2013,

#### RESOLVE:

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art 1º A monitoria é o exercício de atividades de apoio didático-pedagógicas realizadas pelos discentes matriculados nos cursos de graduação da FURB.
- § 1º A monitoria é exercida em um componente curricular específico ou conjunto de componentes curriculares afins (área temática de ensino), constantes das matrizes curriculares dos cursos de graduação.
- § 2º O acadêmico monitor colabora nas atividades de ensino, sob a orientação do(s) professor(es) responsável(eis) pelo(s) componente(s) curricular(es) ou área temática objeto da monitoria.

#### Art. 2º São objetivos da monitoria:

- I ampliar a interação entre os corpos docente e discente no processo de ensinoaprendizagem, especialmente quanto ao auxílio aos discentes em suas dificuldades de aprendizagem teórica ou prática;
- II prover condições para o adequado funcionamento dos laboratórios nas atividades dos componentes curriculares ou áreas temáticas objeto de monitoria;
- III oportunizar ao discente, no exercício da monitoria, o aprofundamento de estudos e complementação de sua formação acadêmica;
  - IV estimular no discente o interesse pela atividade docente;
  - V contribuir para a melhoria das atividades de ensino de graduação da FURB.

#### Art. 3° As monitorias classificam-se em duas modalidades:

- I monitoria remunerada;
- II monitoria voluntária.

Parágrafo único. As duas modalidades de que tratam os incisos I e II devem receber o mesmo tratamento quanto ao processo de aprovação de vaga, seleção, acompanhamento, avaliação, deveres e direitos do monitor, salvo em casos específicos definidos nesta Resolução.

- Art. 4º A monitoria remunerada tem carga horária de 10 (dez) ou 20 (vinte) horas semanais, e o monitor tem direito a bolsa de, respectivamente, 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) créditos financeiros.
- Art. 5º A monitoria voluntária tem carga horária de 10 (dez) ou 20 (vinte) horas semanais e não dá ao estudante direito a nenhuma remuneração.

## CAPÍTULO II DAS VAGAS

- Art. 6º A solicitação de abertura de uma nova vaga deve partir do Departamento que administra o componente curricular e/ou área temática ao Diretor de Centro, que a submete ao respectivo Conselho da Unidade Universitária, para aprovação e encaminhamento ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CEPE, para declaração da vaga.
- § 1º Para a comprovação da necessidade de uma nova vaga de monitor, devem estar explicitados, além dos argumentos que caracterizam a necessidade de monitoria, as atividades que serão desenvolvidas por ele.
- § 2º No caso de monitoria remunerada, o encaminhamento ao CEPE deve estar acompanhado de parecer favorável da Pró-Reitoria de Administração PROAD.
  - § 3º A monitoria voluntária dispensa a declaração de vaga pelo CEPE.
- Art. 7º No caso de vacância, o preenchimento da vaga dar-se-á da seguinte forma:
- I pela chamada dos classificados em concurso vigente, respeitada a ordem de classificação dos candidatos;
- II pela realização de novo concurso, caso não haja mais candidatos classificados.

## CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

- Art. 8º A gestão das atividades de monitoria é de competência do Departamento ao qual estão vinculados os componentes curriculares ou áreas temáticas.
  - Art. 9º São competências do Departamento:

- I identificar as áreas temáticas de ensino ou componentes curriculares que demandam a abertura de vagas de monitoria e encaminhar ao Conselho da Unidade Universitária para deliberação, acompanhada de parecer financeiro favorável da PROAD:
  - II manter atualizado o registro das vagas de monitoria aprovadas;
- III aprovar o edital do concurso, com o conteúdo, composição da banca examinadora e data da realização para o preenchimento das vagas aprovadas e encaminhar à Unidade Universitária a documentação necessária para a realização do concurso.

Parágrafo único. Na hipótese de parecer financeiro desfavorável da PROAD, o Departamento deve avaliar a solicitação, adequando a viabilidade financeira.

- Art. 10. São competências do Chefe do Departamento:
- I supervisionar as etapas do concurso e remeter os resultados à Unidade Universitária;
- II solicitar a contratação ou a rescisão do monitor à Coordenadoria de Assuntos Estudantis CAE;
  - Art. 11. São competências do Professor Responsável:
  - I controlar o cumprimento da carga horária e das atividades na monitoria;
- II encaminhar solicitação de rescisão do Termo de Compromisso ao Chefe de Departamento;
  - III elaborar a prova de conhecimentos teóricos específicos.
  - Art. 12. São competências do Conselho da Unidade Universitária:
  - I deliberar sobre as solicitações de abertura de novas vagas para monitoria;
  - II encaminhar ao CEPE as solicitações de vaga aprovadas.
  - Art. 13. São competências da Direção da Unidade Universitária:
  - I publicar o edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias;
- II coordenar o processo de inscrição dos candidatos à monitoria, respeitando os critérios estabelecidos no edital;
- III homologar e publicar portaria com os resultados do concurso, encaminhando cópia ao Departamento.
  - Art. 14. São competências da banca examinadora:
  - I inteirar-se e fazer cumprir todos os termos do edital e desta Resolução;
  - II realizar as provas, de acordo com o previsto no edital e nesta Resolução;
  - III fazer os registros dos fatos em ata, com clareza e precisão;
  - IV encaminhar os resultados do concurso ao Chefe do Departamento.

- Art. 15. É competência da PROAD emitir parecer econômico-financeiro sobre a criação de novas vagas de monitoria remunerada.
  - Art. 16. São competências da CAE:
  - I manter o registro das informações da monitoria;
  - II emitir o termo de compromisso, nos termos das legislações vigentes;
  - III incluir o monitor na apólice de seguro de vida contra acidentes pessoais;
- IV acompanhar a situação dos monitores quanto ao atendimento das legislações vigentes;
- V rescindir o termo de compromisso, conforme disposto nesta Resolução, e encaminhar à Divisão de Registros Acadêmicos DRA as informações necessárias para emissão de certificado;
- VI manter a PROAD informada sobre os contratos de monitoria remunerada vigentes.
- Art. 17. É competência da DRA expedir certificado ao monitor após o encerramento do termo de compromisso.

## CAPÍTULO IV DO PROCESSO DE SELEÇÃO

- Art. 18. Para ser monitor(a), o(a) candidato(a) deve estar regularmente matriculado em um curso de graduação da FURB.
- Art. 19. O edital de concurso de monitoria deve conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - I o componente curricular ou área temática objeto do concurso;
  - II o número de vagas a serem preenchidas;
  - III o tipo da vaga (remunerada ou voluntária);
  - IV a carga horária semanal de trabalho do monitor (10 ou 20 horas);
  - V a data e o local das provas;
  - VI os documentos a serem apresentados no ato da inscrição;
  - VII os requisitos para inscrição;
- VIII os critérios de avaliação e classificação (considerando situações de desempate entre candidatos);
  - IX os requisitos para contratação;
  - X outras normas a critério do Departamento.

Parágrafo único. O mesmo edital pode prever vagas para monitoria remunerada ou voluntária.

- Art. 20. A seleção é realizada por banca examinadora constituída por 03 (três) professores do(s) componente(s) curricular(es) ou áreas temáticas de ensino afins, indicada pelo Departamento e constará das seguintes etapas:
  - I análise da documentação exigida para inscrição;
  - II análise de currículo;
  - III prova de conhecimentos teóricos específicos;
  - IV prova prática ou de laboratório, quando for o caso.
- § 1º São desclassificados pela banca os candidatos que não atenderem às exigências do edital.
- § 2º Havendo mais de um candidato habilitado, a banca indica a ordem de classificação dos candidatos segundo os critérios de avaliação do edital.
- § 3º São desclassificados os candidatos com nota inferior a 7,00 (sete) nas provas de conhecimento específico ou prática de laboratório (quando houver).
- Art. 21. Os resultados são homologados pela Direção da Unidade Universitária e encaminhados ao Departamento.
- Art. 22. É considerado desistente da vaga o candidato que não comparecer para assinatura do termo de compromisso no prazo definido pela CAE.
  - Art. 23. O concurso de monitoria é válido por 02 (dois) anos.

## CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO DA MONITORIA

- Art. 24. Os monitores selecionados podem exercer a função por um prazo de 02 (dois) anos, podendo ser renovado anualmente, desde que não exceda a conclusão do curso de graduação.
- Art. 25. O monitor será desligado de suas funções e terá o termo de compromisso rescindido nas seguintes situações:
- I por solicitação fundamentada do professor ou do monitor, com homologação do Chefe do Departamento;
  - II por não cumprir de forma satisfatória as suas atribuições;
- III por ter percentual abaixo de 60% (sessenta por cento) de aprovação nas disciplinas matriculadas no semestre;
- IV por qualquer tipo de infração disciplinar, de acordo com o Regimento Geral da Universidade;
  - V por ausência não justificada;

- VI por formatura, trancamento de matrícula, transferência, cancelamento ou abandono do curso de graduação.
- Art. 26. O monitor exerce suas atividades sob a orientação direta do professor designado para o(s) componente(s) curricular(es) ou área temática de ensino.
- § 1º O horário de atividade de monitoria não pode prejudicar a atividade discente do acadêmico no curso e deve atender às demandas específicas da área temática da monitoria.
- § 2º Cabe ao professor do(s) componente(s) curricular(es) ou área temática de ensino e ao Chefe de Departamento exercer o controle de horário e frequência dos monitores.

## CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES E DA AVALIAÇÃO

- Art. 27. O monitor deve seguir o Plano de Atividades da Monitoria elaborado pelo(s) professor(es) do(s) componente(s) curricular (es) ou área(s) temática(s) de ensino com anuência do Departamento.
  - Art. 28. São atribuições do monitor:
- I auxiliar o professor na preparação de aulas e outras atividades didáticopedagógicas;
- II prover condições para o adequado funcionamento dos laboratórios nas atividades dos componentes curriculares ou áreas temáticas objeto de monitoria;
- III auxiliar os discentes no processo de aprendizagem do(s) componente(s) curricular (es) ou área(s) temática(s);
  - IV auxiliar na organização e acompanhamento de grupos de estudo.
  - V cumprir o Plano de Atividades da Monitoria;
  - VI agir com conduta ética e profissional;
  - VII ser assíduo e pontual.

Parágrafo único É vedada a participação do monitor na correção de provas, relatórios e atividades que tenham relação com a avaliação do corpo discente e, também, a substituição do professor em atividades relativas à docência.

## CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 29. A necessidade de monitores deve estar prevista nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação.
- Art. 30. A cessação da atividade que deu origem à vaga de monitor, definida pelo Departamento, implica cancelamento da vaga pelo CEPE.

- Art. 31. O exercício das atividades de monitoria não gera qualquer vínculo empregatício ou previdenciário com a FURB, importando a designação do monitor em ato de explícita aceitação de suas atividades como complementação de estudos e aquisição de experiência profissional.
- Art. 32. A FURB está obrigada a providenciar seguro de vida contra acidentes pessoais em favor do monitor.
- Art. 33. Os contratos de monitoria vigentes passam a vigorar nos termos desta Resolução, a partir da data de sua publicação.
  - Art. 34. Os casos omissos são resolvidos pelo CEPE.
  - Art. 35. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 36. Revogam-se a Resolução nº 24/2011, de 26 de maio de 2011, e demais disposições em contrário.

Blumenau, 16 de agosto de 2013.

JOÃO NATEL POLONIO MACHADO

# ANEXO 02

## RESOLUÇÃO Nº 072/2014, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

Regulamenta o repasse de recursos financeiros aos estudantes dos cursos de graduação e do ensino médio da Escola Técnica do Vale do Itajaí — ETEVI da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, sob a forma de bolsas.

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, deliberação do egrégio Conselho Universitário - CONSUNI — Processo nº. 029/2014, Parecer nº. 028/2014, tomada em sua sessão plenária de 27 de novembro de 2014,

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** Regulamentar o repasse de recursos financeiros aos estudantes dos cursos de graduação e do ensino médio da Escola Técnica do Vale do Itajaí — ETEVI, da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, por meio de bolsas por participação em programas mantidos ou gerenciados pela FURB.

Art. 2°. As bolsas de que trata esta Resolução são as seguintes:

I – de estudo, financiadas pelo Fundo Financeiro de Assistência ao Estudante - FFAE, nos termos da Resolução nº. 136/2001, de 21 de dezembro de 2001, e pelo Governo Estadual, conforme Lei Estadual nº. 180/99, de 16 de julho de 1999;

II – por participação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE;

III – de extensão, conforme a Resolução nº. 24/2004, de 21 de maio de 2004;

IV – de extensão, por participação em Grupos Estáveis de Produção Artística;

V – por participação em Comissões;

VI – por atividades no Laboratório de Computação Científica – LCC;

VII – de monitoria;

VIII – de pesquisa, financiada por recursos:

- **a)** próprios da Universidade (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/FURB);
- **b)** federais (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIBITI/CNPq e Iniciação Científica Júnior PIBIC-EM);
  - c) estaduais (Programa de Incentivo à Pesquisa PIPe/Art. 170);
- **d)** públicos ou privados provenientes de projetos de pesquisa ou extensão aprovados por professor da FURB e outros convênios firmados pela Universidade;

Fls. 2/3

- IX por participação em equipes esportivas;
- **X** de estágio interno;
- **XI** financiadas com recursos federais para o Programa de Educação Tutorial PET, conforme disposição do MEC;
- XII financiadas com recursos federais para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID/CAPES.
- **Art. 3°.** As bolsas de que trata a presente Resolução têm por finalidade subsidiar financeiramente as mensalidades dos estudantes da FURB e são distribuídas conforme disposto nos respectivos editais ou processos seletivos dos órgãos que as gerenciam.
- **Art. 4º.** O acesso e permanência às bolsas estão condicionados ao aproveitamento escolar do bolsista no semestre anterior ao recebimento do beneficio, anual, no caso da ETEVI.

**Parágrafo único.** Das disciplinas matriculadas no semestre, o percentual mínimo de aprovação deve ser de 60% (sessenta por cento), exceto para calouros e estudantes da ETEVI.

- Art. 5°. As bolsas são repassadas sob a forma de desconto nas mensalidades, exceto aquelas pagas diretamente ao estudante pelas instituições de fomento ou as transferidas à FURB por meio de Projetos de Pesquisa ou extensão aprovados por professor da FURB.
- § 1°. Caso o valor da(s) bolsa(s) seja maior que o valor da mensalidade, o saldo é utilizado para pagamento de débitos anteriores do estudante com a FURB, mesmo que novados.
- § 2°. Na inexistência de débitos anteriores, a critério do estudante, o saldo poderá ser utilizado para provisão de débitos futuros ou saque mensal.
- § 3°. O saque deverá ser solicitado, pelo estudante, através do e-mail <u>daf@furb.br</u>, que, após analisado pela Divisão de Administração Financeira DAF, será encaminhado para restituição.
- § 4°. A restituição será feita, preferencialmente, em conta corrente do estudante, no prazo de até 10 dias úteis, a partir da data de solicitação.
- § 5°. O saque do saldo derivado de recursos externos só será liberado quando do efetivo recebimento dos mesmos pela FURB.
- § 6°. No caso da ETEVI, a somatória de bolsas não pode ultrapassar o valor da mensalidade.
- **Art. 6°.** Cada estudante pode candidatar-se a todos os tipos de bolsas, desde que atenda aos respectivos requisitos específicos. No entanto, somente pode receber, cumulativamente, bolsa(s) de até 2 (dois) programas, sendo, necessariamente, uma de estudo, de extensão, por participação em Grupos Estáveis de Produção Artística ou por participação em equipes esportivas e outra de um dos demais programas previstos no Art. 2° desta Resolução.

**Parágrafo único**. Os estudantes mutuários do Financiamento Estudantil - FIES podem receber apenas um dos tipos de bolsa de que trata esta Resolução.

**Art. 7°.** Os estudantes usuários do beneficio educação de que trata a Resolução n°. 05/94, de 3 de maio de 1994, somente podem receber bolsa PET ou monitoria ou de pesquisa/extensão/inovação financiada com recursos externos.

Resolução nº 072/2014/Reitoria Fls. 3/3

§ 1°. Os estudantes referidos no *caput* podem participar dos demais programas como voluntários, sem recebimento de bolsa.

§ 2º. No caso do exercício da monitoria, a somatória da bolsa com o benefício citado

no caput, não pode ultrapassar o valor da mensalidade.

Art. 8°. Os casos não previstos nesta Resolução são analisados, conjuntamente,

pelas Pró-Reitorias de Administração - PROAD e de Pesquisa, Pós-graduação, Extensão e Cultura

- PROPEX.

Art. 9°. Esta Resolução entra em vigor no dia 1° de março de 2015, revogando-se,

a partir desta data, a Resolução nº. 039/2014, de 20 de agosto de 2014 e demais disposições em

contrário.

Blumenau, 2 de dezembro de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO